



PARTE A

EDITAL DE LICITAÇÃO
COM PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE /
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

LICITAÇÃO N.º 9001/CPL/FMS/2018
PROCESSO N.º 2179/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL– SRP
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 100
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.00.00.00
PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.122.0015.2045

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: Valor Total R\$ 975.321,32 (Novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos)

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2018 ÀS 11 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2018 ÀS 11 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, VISANDO O PREPARO PARA DIETAS ESPECIAIS, DIETAS ENTERAIS E FÓRMULAS LÁCTEAS DESTINADAS A PACIENTES (ADULTOS E INFANTIS) E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUÍDOS, ASSEGURANDO UMA ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO SANITÁRIAS ADEQUADAS, ENGLOBANDO TODAS AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, E DE APOIO À NUTRIÇÃO CLÍNICA E AMBULATORIAL, ATENDENDO AS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI – SEMUS, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Coronel Othon Nº0466 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10h às 12h e 13h às 16h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 3693-3447 ou e-mail: cplfmsparacambi@gmail.com.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

ParteA	-	Informações Específicas sobre o Edital
ParteB	-	Procedimentos da Licitação
Anexo1 e 1.1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

Vânia Abbes de Almeida
Pregoeira



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Secretaria Municipal de Saúde de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **9001/CPL/FMS/2018**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP**, julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.054 de 03 de fevereiro 2015, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Coronel Othon Nº0466 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **28 DE NOVEMBRO DE 2018 ÀS 11 HORAS..** A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **28 DE NOVEMBRO DE 2018 ÀS 11 HORAS.**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Coronel Othon Nº0466 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10h às 12h e 13h às 16h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. Informações pelo telefone (21) 3693-3447 ou e-mail: cplfmsparacambi@gmail.com

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, VISANDO O PREPARO PARA DIETAS ESPECIAIS, DIETAS ENTERAIS E FÓRMULAS LÁCTEAS DESTINADAS A PACIENTES (ADULTOS E INFANTIS) E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUÍDOS, ASSEGURANDO UMA ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO SANITÁRIAS ADEQUADAS, ENGLOBANDO TODAS AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, E DE APOIO À NUTRIÇÃO CLÍNICA E AMBULATORIAL, ATENDENDO AS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI – SEMUS**, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 do Edital.

3– PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação.

3.3.1 – Poderão participar as empresas em recuperação judicial que demonstrarem viabilidade econômica e atenderem aos demais requisitos de habilitação, desde que tenha plano de recuperação homologado pelo juízo;



3.4 – Não será admitida a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja em qual for o órgão ou Entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócio, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá se identificar com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Deverá também ser apresentado documento de identificação dos indicados devidamente autenticado.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente representante mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (fora de qualquer envelope), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que



estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Coronel Othon, Nº0466 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10h as 12h e 13h às 16h, **NAO SENDO AUTENTICADOS NENHUM DOCUMENTO NA SESSÃO.**

4.5 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.6 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º 9001/CPL/FMS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º 9001/CPL/FMS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias .

6.3 - A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter preço final do objeto e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas as especificações do objeto do presente edital, desde que esteja formatada igual ao Formulário Oficial de Proposta, sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como fides e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.



6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo **90 (noventa) dias**, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega dos gêneros será em até **5 (cinco) dias**, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com o estipulado neste edital, sujeito a alterações conforme necessidade da Secretaria.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexecutável ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexecutável, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS



7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço para cada item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais;

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes para cada item;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

7.14 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.15 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de



sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor unitário, obedecido critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.16 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido e registrado em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.5.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;



8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por microempreendedor individual que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, e após finalização do teste de conformidade o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.13- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor por lote/unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor GLOBAL da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.18 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação do item proposto.

8.19 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato.

8.20 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e



no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, não sendo autenticados nenhum documento na sessão.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 – Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – Habilitação Jurídica

9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;

9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;

9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;



- 9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.9 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de



Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

ILG = ou > 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.2 - A licitante deverá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total efetivamente proposto.

9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituída no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita



mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.4 – Qualificação Técnica:

9.2.4.1 – Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu objeto semelhante ao deste Edital, contendo a identificação do(s) signatário(s) e obrigatoriamente, a caracterização dos bens fornecidos e o grau de satisfação.

9.2.4.2 - Licença Sanitária em nome da licitante expedida pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal.

9.2.4.3 – Caso a empresa não possua o termo de Licença Sanitária do ano corrente, serão aceitos protocolos de revalidação desde que seja apresentado o Termo de Licença Sanitária inicial, acompanhada de **TODOS** os protocolos de revalidação dos anos subsequentes ao da Licença primariamente concedida.

9.2.5 – Documentação Complementar

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal n.º. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Coronel Othon Nº 466 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.



10.2.1 O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.2. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.3 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.4 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

11.8. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

11.9 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.



12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido na forma prevista no Termo de Referência (Anexo 06).

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Municipal de Administração, através de 3 (três) servidores designados.

13.4 – O atestado de recebimento definitivo somente será emitido quando da demonstração pelo contratado do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas decorrentes da mão de obra utilizada na consecução do objeto do contrato.

14 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinada a ata de registro de preços e retirada a Nota de Empenho o prazo máximo de entrega deverá ser de **até 05 (cinco) dias**, a contar da ordem de fornecimento conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Secretaria de Saúde, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período, sob pena de decair o direito ao registro e futura contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

- a) O número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;
- b) A identificação do objeto e a quantidade total estimada;
- c) A relação de fornecedores habilitados que concordarem em praticar os mesmos preços do primeiro colocado no certame, pela ordem de classificação final no processo licitatório, e as respectivas quantidades a serem fornecidas.
- d) O preço unitário do vencedor, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores
- e) O valor total estimado para a execução do objeto;
- f) Os órgãos e entidades usuárias do registro;
- g) O prazo de vigência do registro;
- h) A menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.

15.1.2 – Serão incluídos na ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, formando cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

15.2 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;



15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado o beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O procedimento será encerrado com subscrição da Ata de Registro de Preços e homologação do procedimento pelo Secretário Municipal de Administração.

15.5 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar a Ata de Registro de Preços quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.6 – Caso a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não se apresente para celebração da Ata de Registro de Preços. Ao preço do primeiro colocado serão registrados tantos fornecedores de bens ou prestadores de serviços quantos concordarem, respeitadas as quantidades oferecidas em cada proposta. A classificação obedecerá a ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas, decidindo-se eventual empate nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993.

15.6.1 – Homologado o resultado da licitação o Órgão Gerenciador, por meio da Comissão Permanente de Licitação, elaborará a ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.

15.7 – Nas situações previstas no subitem 8.5, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.8 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços
- b) recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso iv, DA Lei Federal nº 8.666/1993
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

15.9 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

15.9.1 – O fornecedor poderá solicitar ao órgão gerenciador o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, caso em que somente após a concordância do órgão gerenciador será efetivado o cancelamento, dada a respectiva publicidade.

15.10 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

15.11 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

15.12 – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantagem na contratação para Administração.

15.13 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a 12 (doze) meses, computados neste caso eventuais prorrogações.



15.14 – Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para item ou lote, observando-se o seguinte:

I – o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II – quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

15.15 – Havendo recusa na Assinatura da Ata de Registro de Preços é facultado ao MUNICÍPIO, independentemente da possibilidade de aplicação de sanção administrativa à licitante faltosa, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que seja assinada a referida Ata.

16 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA

16.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo MUNICÍPIO, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;

a) A Ata de Registro de Preços poderá sofrer adesão por outros Órgãos (internos e externos) da Administração Pública em conformidade com Decreto SRP nº 7892 de 23/01/2013 e alteração, Lei 8.66/93 e o Decreto nº 9488 de 30 de Agosto de 2018

16.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

16.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o primeiro colocado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores observada a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação;

16.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso mediante requerimento devidamente comprovado o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo de servidor (es) designado (s) pela Secretaria Municipal de Saúde.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pela Secretaria Municipal de Saúde não eximirão o fornecedor registrado de qualquer responsabilidade decorrentes do cumprimento do objeto da presente licitação.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES



18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e", "f" do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c", "d".

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

19 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.



20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 100

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.00.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.122.0015.2045

21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – A **Secretaria Municipal de Saúde** fará o pagamento referente à aquisição de material, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à entrega do objeto contratual.

21.3 – Não serão considerados efetivamente contemplados por qualquer entrega do objeto contratual os produtos que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

21.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993, **observando-se o disposto no Termo de Referência (Anexo 06)**.

21.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

22 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

22.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

22.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23 – ESTIMATIVA, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO



23.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela **Secretaria Municipal de Saúde em R\$ 975.321,32 (Novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e vinte um reais e trinta e dois centavos)**

23.2 – O contrato poderá ser reajustado visando a adequação aos novos preços de mercado e a variação efetiva dos custos de produção, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou da data do último reajuste, aplicando-se o IPCA ou, na insubsistência deste, por outro índice que vier a substituí-lo, devendo a CONTRATADA apresentar, ainda, a demonstração analítica da variação dos componentes de custos, devidamente justificada.

23.3 - A contratada poderá exercer seu direito ao reajuste dos preços até a data da prorrogação contratual subsequente.

23.4 - Caso a contratada não solicite o reajuste no prazo estipulado no item, ocorrerá a preclusão do direito.

23.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo a CONTRATADA apresentar a demonstração analítica da variação dos componentes de custos.

24 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

24.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

25 - DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

25.2 – Ao preço do primeiro colocado serão registrado tantos fornecedores quantos necessários para que em função de suas propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata;
- b) Quando das contratações decorrentes do pregão deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;
- c) Os órgãos participantes do pregão deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

25.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

25.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Coronel Othon Nº 0466 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 3693-3446 ou por email cpfmsparacambi@gmail.com.

25.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.



25.6. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do COMPROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

25.7 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

25.8 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

25.9 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

25.10 – Não será aceita a forma de subcontratação na execução do contrato.

25.11. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

25.11.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

25.11.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

25.11.3. Cadastro Inidôneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

25.12 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 (sessenta) dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

26 – INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1 / 1.1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

Vânia Abbes de Almeida
Pregoeira



ANEXO 1

FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 2179/2018

Licitação n.º 9001/CPL/FMS/2018

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL– SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, VISANDO O PREPARO PARA DIETAS ESPECIAIS, DIETAS ENTERAIS E FÓRMULAS LÁCTEAS DESTINADAS A PACIENTES (ADULTOS E INFANTIS) E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUÍDOS, ASSEGURANDO UMA ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO SANITÁRIAS ADEQUADAS, ENGLOBANDO TODAS AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, E DE APOIO À NUTRIÇÃO CLÍNICA E AMBULATORIAL, ATENDENDO AS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI – SEMUS, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 do Edital.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Abacaxi de primeira, pesando no mínimo 400 gramas.	Quilograma(s)	20			
2	Abóbora Moranga - madura, com peso mínimo de 3Kg a unidade.	Quilograma(s)	3.604			
3	Abobrinha extra verde.	Quilograma(s)	1.320			
4	Açúcar (embalagem de 1kg) refinado especial, acondicionado em embalagem com as características do produto.	Quilograma(s)	9.000			
5	Açúcar (embalagem de 6g) granulado, acondicionado em embalagem individual (sachê).	Unidade	2.800			
6	Achocolatado (embalagem de 400g) achocolatado em pó, solúvel, contendo a descrição das características do produto.	Peça	600			
7	Achocolatado pronto para consumo, contendo a descrição das características do produto. (Embalagem de 200ml)	Unidade	820			
8	Adoçante (embalagem de 200ml) dietético, líquido.	Unidade	1.296			
9	Adoçante em pó (Embalagem com 08grs)	Unidade	1.500			
10	AGUA MINERAL sem gás, envasada em garrafão de 20 litros, em comodato, lacrados e com tampas aluminizadas inviolável, dentro dos padrões estabelecidos pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto	Unidade	2.000			



11	Alface	Unidade	1900			
12	Alho extra Branco, roxo,	Quilograma(s)	500			
13	Amido (embalagem de 500g) milho, puro.	Peça	300			
14	Arroz (embalagem de 5kg) polido tipo 1, extra, grão longo e fino, acondicionado em embalagem plástica, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	15.000			
15	Aveia (embalagem de 200 g) farinha sem adição de açúcar, acondicionado em caixa, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	360			
16	Azeite (embalagem de 500ml) de Oliva puro.	Unidade	1.296			
17	Azeitona, tipo verde, apresentação sem caroço, tamanho grande, características adicionais sem tempero, vidro de 500g, drenado.	Quilograma(s)	10			
18	Banana prata extra, com peso médio de 120g, contendo o Kg, no mínimo, 08 unidades.	Quilograma(s)	3.966			
19	Batata Doce extra	Quilograma(s)	1.600			
20	Batata Inglesa especial	Quilograma(s)	4.768			
21	Batata palha (Pacote 500g)	Quilograma(s)	10			
22	Beterraba Extra, sem ramo.	Quilograma(s)	1.425			
23	Biscoito Doce (embalagem de 30 gramas) - porção individual - Tipo Maria/Maisena.	Unidade	3.500			
24	Biscoito doce tipo Maria/Maisena (Pacote 200g).	Pacote	3000			
25	Biscoito Salgado (embalagem de 30 gramas) - porção individual - Tipo Água.	Unidade	3.500			
26	Biscoito salgado tipo água (Pacote 200g).	Pacote	3.000			
27	Bolo pronto industrializado, sabores variados, embalagem 250g.	Unidade	200			
28	Café (embalagem de 500g) pó torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza ABIC, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada, contendo a descrição das características do produto. Período de validade para o consumo,	Peça	3.000			
29	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, moído sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada.,	Quilograma(s)	1.710			
30	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, picado em cubos, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada, sendo cada peça embalada individualmente	Quilograma(s)	6.020			
31	Carne bovina (embalagem de 5kg) Coxão duro, inteiro para assar, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada, sendo cada peça individualmente acondicionada em embalagem plástica.	Quilograma(s)	2.500			
32	Carne bovina (embalagem de 5kg) Patinho, fatiado em bife, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, sendo cada peça individualmente acondicionada em embalagem plástica.	Quilograma(s)	2.260			
33	Carne, frango, Coxa com sobrecoxa com osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica ou bandeja com no máximo 5Kg.	Quilograma(s)	5.830			
34	Carne, frango, Peito, filé sem osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica, com no máximo 3Kg.	Quilograma(s)	6.230			



35	Carne, peixe, Pescada, filé cortado em filé, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica.	Quilograma(s)	3.200			
36	Cebola extra.	Quilograma(s)	1.666			
37	Cenoura extra.	Quilograma(s)	3.852			
38	Chá (caixa com 10 saquinhos) Erva-doce, camomila ou hortelã acondicionado em caixa, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	200			
39	Chá (caixa com 10 saquinhos) preto acondicionado em caixa, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	50			
40	Cheiro-verde - fresco, composto por salsa e cebolinha.	Molho	1300			
41	Chicória fresca.	Molho	1750			
42	Chá mate (caixa de 200g) erva mate queimada, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	72			
43	Chuchu extra	Quilograma(s)	3928			
44	Colorífico (embalagem de 500g) pó	Quilograma(s)	50			
45	Couve	Unidade	2000			
46	Doce (embalagem de 1kg) goiabada, especial, em corte, sem adição de corantes, acondicionado em embalagem original.	Unidade	150			
47	Doce (lata de 5kg) de Abóbora pastoso	Unidade	20			
48	Doce (lata de 5 kg) de Leite pastoso.	Unidade	30			
49	Ervilha em conserva, acondicionado em lata.	Unidade	500			
50	Farinha (embalagem de 1kg) mandioca tipo 1, crua, fina, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	1150			
51	Farinha (embalagem de 1kg) trigo especial, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	520			
52	Farinha (embalagem de 300 gramas) - Láctea - composto de farinha de trigo, leite, açúcar, vitaminas e sais minerais.	Unidade	150			
53	Feijão (embalagem de 1kg) preto tipo 1, safra nova, acondicionado em embalagem plástica original.	Quilograma(s)	5150			
54	Fermento (embalagem de 100g) Químico, em pó, acondicionado em lata.	Unidade	25			
55	Fermento (embalagem de 200g) Químico, em pó	Unidade	30			
56	Fígado Bovino	Quilograma(s)	1.000			
57	Fubá (embalagem de 1 Kg) - Milho - extra, de 1ª qualidade, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	940			
58	Gelatina (embalagem de 12g) pó, dietética, sabores diversos.	Unidade	690			
59	Gelatina (embalagem de 85g) pó diversos sabores, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	3740			
60	Inhame extra	Quilograma(s)	950			
61	Laranja pera com peso médio de 150g, contendo o Kg, no mínimo, 07 unidades.	Quilograma(s)	3.826			
62	Leite (embalagem de 300g) pó, desnatado, instantâneo.	Peça	60			
63	Leite (embalagem de 400 g) pó, integral, instantâneo.	Quilograma(s)	1.540			



64	leite integral, embalado em caixa de 1 litro.	Litro(s)	25.000			
65	Óleo (embalagem de 900 ml) - soja – refinado.	Unidade	4632			
66	Macarrão (embalagem de 500g) espaguete massa preparada c/ ovos nº 8 ou 9, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	1500			
67	Macarrão (embalagem de 500g) tipo padre nosso, massa preparada com semolina, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	1000			
68	Maionese (Vidro 500g).	Unidade	50			
69	Mamão Formosa - comum, maduro, com peso variando de 1,5 a 2 Kg a unidade.	Quilograma(s)	2.000			
70	Maçã Nacional - não ácida, com peso médio de 120 g, contendo o Kg, no mínimo, 08 unidades.	Quilograma(s)	3.776			
71	Margarina (embalagem de 500g) vegetal, cremosa, com sal, contendo de 60 a 95% de teor de lipídios,	Peça	1.832			
72	Melancia	Quilograma(s)	30			
73	Melão com peso variando de 1,5 a 2kg a unidade.	Quilograma(s)	2.000			
74	Milho verde (lata de 200g) em conserva, acondicionado em lata.	Lata	2.360			
75	Mucilagem (embalagem de 400g) milho arroz, acondicionado em lata, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	372			
76	Ovos galinha extra, branco, acondicionado em caixa com uma dúzia, perfazendo no mínimo 720g.	Dúzia	2.588			
77	Pimentão verde extra	Quilograma(s)	660			
78	Pão de forma, pacote com 500g, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, leite em pó, sal, água, fermento biológico, anti mofo, embalado em saco plástico pvc, atóxico.	Pacote	100			
79	Pão tipo bisnaguinha - pacote de 300g	Pacote	100			
80	Presunto Cozido, sem gordura, fatiado, com identificação do produto e prazo de validade para consumo.	Quilograma(s)	20			
81	Queijo tipo prato, fatiado, de primeira qualidade, embalagem em filme pvc transparente, ou saco plástico transparente, atóxico, com identificação do produto e prazo de validade para o consumo.	Quilograma(s)	20			
82	Refrigerante (Garrafa pet 2 Litros).	Unidade	100			
83	Repolho branco Tamanho médio.	Quilograma(s)	2924			
84	Requeijão Cremoso, embalagem contendo no mínimo 250g, com identificação do produto e prazo de validade para o consumo.	Unidade	50			
85	Sal (embalagem de 1 grama) - embalagem individual - tipo extra, iodado, refinado, acondicionado em saquinho individual de 1 g, contendo as características do produto.	Unidade	10.000			
86	sal embalagem de 1kg	Unidade	1.266			
87	Suco (embalagem de 1Kg)pó, natural, integral não adoçado.	Unidade	950			
88	Suco (embalagem de 45g) pó, sabores variados, adoçado.	Unidade	1.930			



89	Suco (embalagem de 500ml) Líquido, natural, integral não adoçado.	Unidade	2.600			
90	Suplemento alimentar (embalagem de 400g) Complemento ou suplemento, em pó, lácteo, com sacarose, isento de glúten, com adição de vitaminas e minerais, com sabor, contendo a descrição das características do produto. Referencia Tipo.: Sustain, Milkgen, Sustagem, Sustacal, Meritene, Nutren Active entre outros.	Unidade	100			
91	Tomate Extra A.	Quilograma(s)	1.270			
92	Tomate (lata de 300g) extrato concentrado, contendo a descrição das características do produto	Unidade	3.500			
93	Torrada Salgada (Pacote)	Pacote	200			
94	Uva	Quilograma(s)	50			
95	Vinagre (embalagem de 750ml) Embalagem plástica, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	1420			
96	Pão francês de aproximadamente 50gr.	Unidade	140.000		TOTAL GERAL	

Validade da proposta : 60 (sessenta) dias

VALOR TOTAL (POR EXTENSO) : R\$ _____

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado
Carimbo CNPJ



ANEXO I.1 PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Abacaxi de primeira, pesando no mínimo 400 gramas. Deverá estar com a casca firme apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isento de sujidades, parasitas e larvas	Quilograma(s)	20	R\$ 2,53	R\$ 50,60
2	Abóbora Moranga - madura, com peso mínimo de 3Kg a unidade.	Quilograma(s)	3604	R\$ 2,41	R\$ 8.685,64
3	Abóbriinha extra verde	Quilograma(s)	1320	R\$ 2,20	R\$ 2.904,00
4	Açúcar (embalagem de 1kg) refinado especial, acondicionado em embalagem com as características do produto.	Quilograma(s)	9000	R\$ 1,94	R\$ 17.460,00
5	Açúcar (embalagem de 6g) granulado, acondicionado em embalagem individual (sachê)	UNIDADE	2800	R\$ 0,09	R\$ 252,00
6	Achocolatado (embalagem de 400g) achocolatado em pó, solúvel, contendo a descrição das características do produto.	PEÇA	600	R\$ 4,43	R\$ 2.658,00
7	Achocolatado pronto para consumo, contendo a descrição das características do produto. (Embalagem de 200ml)	UNIDADE	820	R\$ 1,52	R\$ 1.246,40
8	Adoçante (embalagem de 200ml) dietético, líquido	UNIDADE	1296	R\$ 10,11	R\$ 13.102,56
9	Adoçante em pó (Embalagem com 08g)	UNIDADE	1500	R\$ 0,09	R\$ 135,00
10	AGUA MINERAL sem gás, envasada em garrafão de 20 litros, em comodato, lacrados e com tampas alumizadas inviolável, dentro dos padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto	UNIDADE	2000	R\$ 7,85	R\$ 15.700,00



11	ALFACE	UNIDADE	1900	R\$ 1,04	R\$ 1.976,00
12	Alho extra Branco, roxo	Quilograma(s)	500	R\$ 10,13	R\$ 5.065,00
13	Amido (embalagem de 500g) milho, puro	PEÇA	300	R\$ 5,18	R\$ 1.554,00
14	Arroz (embalagem de 5kg) polido tipo 1, extra, grão longo e fino, acondicionado em embalagem plástica, contendo a descrição das características do produto	Quilograma(s)	15000	R\$ 2,49	R\$ 37.350,00
15	Aveia (embalagem de 200 g) farinha sem adição de açúcar, acondicionado em caixa, contendo a descrição das características do produto.	UNIDADE	360	R\$ 2,40	R\$ 864,00
16	Azeite (embalagem de 500ml) de Oliva puro	UNIDADE	1296	R\$ 15,78	R\$ 20.450,88
17	Azeitona, tipo verde, apresentação sem caroço, tamanho grande, características adicionais sem tempero, vidro de 500g, drenado	Quilograma(s)	10	R\$ 13,25	R\$ 132,50
18	Banana prata extra, com peso médio de 120g, contendo o Kg, no mínimo, 08 unidades.	Quilograma(s)	3966	R\$ 2,77	R\$ 10.985,82
19	Batata Doce extra	Quilograma(s)	1600	R\$ 2,26	R\$ 3.616,00
20	Batata Inglesa especial	Quilograma(s)	4768	R\$ 1,38	R\$ 6.579,84
21	Batata palha (Pacote 500g)	Quilograma(s)	10	R\$ 10,75	R\$ 107,50



22	Beterraba Extra, sem rama	Quilograma(s)	1425	R\$ 1,88	R\$ 2.679,00
23	Biscoito Doce (embalagem de 30 gramas) - porção individual - Tipo Maria/Maisena	UNIDADE	3500	R\$ 1,09	R\$ 3.815,00
24	Biscoito doce tipo Maria/Maisena (Pacote 200g)	PACOTE	3000	R\$ 1,98	R\$ 5.940,00
25	Biscoito Salgado (embalagem de 30 gramas) - porção individual - Tipo Água	UNIDADE	3500	R\$ 1,37	R\$ 4.795,00
26	Biscoito salgado tipo água (Pacote 200g)	PACOTE	3000	R\$ 1,78	R\$ 5.340,00
27	Bolo pronto industrializado, sabores variados, embalagem 250g	UNIDADE	200	R\$ 10,97	R\$ 2.194,00
28	Café (embalagem de 500g) pó torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza ABIC, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada, contendo a descrição das características do produto.	PEÇA	3000	R\$ 7,94	R\$ 23.820,00
29	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, moído sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada.	Quilograma(s)	1710	R\$ 13,10	R\$ 22.401,00
30	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, picado em cubos, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada, sendo cada peça embalada individualmente	Quilograma(s)	6020	R\$ 16,48	R\$ 99.209,60
31	Carne bovina (embalagem de 5kg) Coxão duro, inteiro para assar, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada, sendo cada peça individualmente acondicionada em embalagem plástica.	Quilograma(s)	2500	R\$ 17,29	R\$ 43.225,00



32	Carne bovina (embalagem de 5kg) Patinho, fatiado em bife, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, sendo cada peça individualmente acondicionada em embalagem plástica.	Quilograma(s)	2260	R\$ 17,84	R\$ 40.318,40
33	Carne, frango, Coxa com sobrecoxa com osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica ou bandeja com no máximo 5Kg.	Quilograma(s)	5830	R\$ 5,75	R\$ 33.522,50
34	Carne, frango, Peito, filé sem osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica, com no máximo 3Kg.	Quilograma(s)	6230	R\$ 8,73	R\$ 54.387,90
35	Carne, peixe, Pescada, filé cortado em filé, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica.	Quilograma(s)	3200	R\$ 19,84	R\$ 63.488,00
36	Cebola extra	Quilograma(s)	1666	R\$ 1,78	R\$ 2.965,48
37	Cenoura extra	Quilograma(s)	3852	R\$ 1,76	R\$ 6.779,52
38	Chá (caixa com 10 saquinhos) Erva-doce, camomila ou hortelã acondicionado em caixa, contendo a descrição das características do produto	UNIDADE	200	R\$ 2,68	R\$ 536,00
39	Chá (caixa com 10 saquinhos) preto acondicionado em caixa, contendo a descrição das características do produto	UNIDADE	50	R\$ 6,82	R\$ 341,00
40	Cheiro-verde - fresco, composto por salsa e cebolinha.	MOLHO	1300	R\$ 1,85	R\$ 2.405,00
41	Chicória fresca	MOLHO	1750	R\$ 2,24	R\$ 3.920,00
42	Chá mate (caixa de 200g) erva mate queimada, contendo a descrição das características do produto.	UNIDADE	72	R\$ 12,94	R\$ 931,68
43	Chuchu extra	Quilograma(s)	3928	R\$ 1,17	R\$ 4.595,76



44	Colorífico (embalagem de 500g) pó	Quilograma(s)	50	R\$ 5,99	R\$ 299,50
45	Couve	UNIDADE	2000	R\$ 1,81	R\$ 3.620,00
46	Doce (embalagem de 1kg) goiabada, especial, em corte, sem adição de corantes, acondicionado em embalagem original.	UNIDADE	150	R\$ 5,66	R\$ 849,00
47	Doce (lata de 5kg) de Abóbora pastoso	UNIDADE	20	R\$ 81,82	R\$ 1.636,40
48	Doce (lata de 5 kg) de Leite pastoso	UNIDADE	30	R\$ 81,82	R\$ 2.454,60
49	Ervilha em conserva, acondicionado em lata.	UNIDADE	500	R\$ 1,40	R\$ 700,00
50	Farinha (embalagem de 1kg) mandioca tipo 1, crua, fina, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	1150	R\$ 4,12	R\$ 4.738,00
51	Farinha (embalagem de 1kg) trigo especial, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	520	R\$ 1,61	R\$ 837,20
52	Farinha (embalagem de 300 gramas) - Láctea - composto de farinha de trigo, leite, açúcar, vitaminas e sais minerais.	UNIDADE	150	R\$ 8,84	R\$ 1.326,00
53	Feijão (embalagem de 1kg) preto tipo 1, safra nova, acondicionado em embalagem plástica original.	Quilograma(s)	5150	R\$ 3,61	R\$ 18.591,50
54	Fermento (embalagem de 100g) Químico, em pó, acondicionado em lata.	UNIDADE	25	R\$ 2,28	R\$ 57,00
55	Fermento (embalagem de 200g) Químico, em pó	UNIDADE	30	R\$ 4,56	R\$ 136,80
56	Fígado Bovino	Quilograma(s)	1000	R\$ 7,73	R\$ 7.730,00



57	Fubá (embalagem de 1 Kg) - Milho - extra, de 1ª qualidade, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	940	R\$ 1,73	R\$ 1.626,20
58	Gelatina (embalagem de 12g) pó, dietética, sabores diversos.	UNIDADE	690	R\$ 3,47	R\$ 2.394,30
59	Gelatina (embalagem de 85g) pó diversos sabores, contendo a descrição das características do produto.	UNIDADE	3740	R\$ 3,26	R\$ 12.192,40
60	Inhame extra	Quilograma(s)	950	R\$ 2,19	R\$ 2.080,50
61	Laranja pêra com peso médio de 150g, contendo o Kg, no mínimo, 07 unidades	UNIDADE	3826	R\$ 1,87	R\$ 7.154,62
62	Leite (embalagem de 300g) pó, desnatado, instantâneo.	PEÇA	60	R\$ 9,47	R\$ 568,20
63	Leite (embalagem de 400 g) pó, integral, instantâneo.	Quilograma(s)	1540	R\$ 9,91	R\$ 15.261,40
64	Leite integral , embalado em caixa de 1 litro.	Litro(s)	25000	R\$ 3,70	R\$ 92.500,00
65	Óleo (embalagem de 900 ml) - soja - refinado	UNIDADE	4632	R\$ 2,91	R\$ 13.479,12
66	Macarrão (embalagem de 500g) espaguete massa preparada c/ ovos nº 8 ou 9, contendo a descrição das características do produto	Quilograma(s)	1500	R\$ 2,44	R\$ 3.660,00
67	Macarrão (embalagem de 500g) tipo padre nosso, massa preparada com semolina, contendo a descrição das características do produto	Quilograma(s)	1000	R\$ 2,16	R\$ 2.160,00
68	Maionese (Vidro 500g)	UNIDADE	50	R\$ 4,38	R\$ 219,00
69	Mamão Formosa - comum, maduro, com peso variando de 1,5 a 2 Kg a unidade.	Quilograma(s)	2000	R\$ 3,36	R\$ 6.720,00



70	Maçã Nacional - não ácida, com peso médio de 120 g, contendo o Kg, no mínimo, 08 unidades.	Quilograma(s)	3776	R\$ 4,66	R\$ 17.596,16
71	Margarina (embalagem de 500g) vegetal, cremosa, com sal, contendo de 60 a 95% de teor de lipídios,	PEÇA	1832	R\$ 3,24	R\$ 5.935,68
72	Melancia	Quilograma(s)	30	R\$ 1,77	R\$ 53,10
73	Melão com peso variando de 1,5 a 2kg a unidade	Quilograma(s)	2000	R\$ 2,62	R\$ 5.240,00
74	Milho verde (lata de 200g) em conserva, acondicionado em lata.	Lata	2360	R\$ 1,46	R\$ 3.445,60
75	Mucilagem (embalagem de 400g) milho arroz, acondicionado em lata, contendo a descrição das características do produto	UNIDADE	372	R\$ 1,73	R\$ 643,56
76	Ovos galinha extra, branco, acondicionado em caixa com uma dúzia, perfazendo no mínimo 720g.	Dúzia	2588	R\$ 4,17	R\$ 10.791,96
77	Pimentão verde extra	Quilograma(s)	660	R\$ 2,89	R\$ 1.907,40
78	Pão de forma, pacote com 500g, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, leite em pó, sal, água, fermento biológico, anti mofo, embalado em saco plástico pvc, atóxico.	PACOTE	100	R\$ 4,10	R\$ 410,00
79	Pão tipo bisnaguinha - pacote de 300g	PACOTE	100	R\$ 5,99	R\$ 599,00
80	Presunto Cozido, sem gordura, fatiado, com identificação do produto e prazo de validade.	Quilograma(s)	20	R\$ 19,20	R\$ 384,00
81	Queijo tipo prato, fatiado, de primeira qualidade, embalagem em filme pvc transparente, ou saco plástico transparente, atóxico, com identificação do produto e prazo de validade.	Quilograma(s)	20	R\$ 30,42	R\$ 608,40



82	Refrigerante (Garrafa pet 2 Litros)	UNIDADE	100	R\$ 7,77	R\$ 777,00
83	Repolho branco Tamanho médio	Quilograma(s)	2924	R\$ 2,63	R\$ 7.690,12
84	Requeijão Cremoso, embalagem contendo no mínimo 250g, com identificação do produto e prazo de validade	UNIDADE	50	R\$ 4,25	R\$ 212,50
85	Sal (embalagem de 1 grama) - embalagem individual - tipo extra, iodado, refinado, acondicionado em saquinho individual de 1 g, contendo as características do produto.	UNIDADE	10000	R\$ 0,09	R\$ 900,00
86	sal embalagem de 1kg	UNIDADE	1266	R\$ 1,62	R\$ 2.050,92
87	Suco (embalagem de 1Kg)pó, natural, integral não adoçado.	UNIDADE	950	R\$ 18,15	R\$ 17.242,50
88	Suco (embalagem de 45g) pó, sabores variados, adoçado.	UNIDADE	1930	R\$ 1,15	R\$ 2.219,50
89	Suco (embalagem de 500ml) líquido, natural, integral não adoçado.	UNIDADE	2600	R\$ 5,28	R\$ 13.728,00
90	Suplemento alimentar (embalagem de 400g) Complemento ou suplemento, em pó, lácteo, com sacarose, isento de glúten, com adição de vitaminas e minerais, com sabor, contendo a descrição das características do produto. Ref.: Sustain, Milkgen, Sustagem, Sustacal, Meritene, Nutren Active.	UNIDADE	100	R\$ 40,92	R\$ 4.092,00
91	Tomate Extra A.	Quilograma(s)	1270	R\$ 2,26	R\$ 2.870,20
92	Tomate (lata de 300g) extrato concentrado, contendo a descrição das características do produto	UNIDADE	3500	R\$ 2,75	R\$ 9.625,00
93	Torrada Salgada (Pacote)	PACOTE	200	R\$ 3,95	R\$ 790,00
94	Uva	Quilograma(s)	50	R\$ 7,78	R\$ 389,00
95	Vinagre (embalagem de 750ml) Embalagem plástica, contendo a descrição das características do produto.	UNIDADE	1420	R\$ 1,72	R\$ 2.442,40
96	Pão francês de aproximadamente 50gr, de 1 qualidade em conformidade com as exigências da ANVISA, volume deverá ser normal para o peso (50grs aproximadamente) Simétrico uniformidade no assado, aroma e sabor típicos com quebra uniformes e visível.	UNIDADE	140000	R\$ 0,58	R\$ 81.200,00
				V ALORTOTAL	R\$ 975.321,32



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 9001/CPL/FMS/2018.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3

MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 9001/CPL/FMS/2018 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL 9001/CPL/FMS/2018

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9001/CPL/FMS/2018

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 5.1

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9001/CPL/FMS/2018

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n° _____ e do CPF/MF n° _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

TERMO DE REFERÊNCIA N.º013/2018/SEMUS

1. OBJETO

1.1 Constitui o objeto desta licitação o Registro de Preços, consignado em Ata, para eventual aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, VISANDO O PREPARO PARA DIETAS ESPECIAIS, DIETAS ENTERAIS E FÓRMULAS LÁCTEAS DESTINADAS A PACIENTES (ADULTOS E INFANTIS) E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUÍDOS, ASSEGURANDO UMA ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO SANITÁRIAS ADEQUADAS, ENGLOBANDO TODAS AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, E DE APOIO À NUTRIÇÃO CLÍNICA E AMBULATORIAL, ATENDENDO AS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI – SEMUS, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 e 1.1 do Edital.**

, doravante denominada CONTRATANTE, conforme condições, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Trata-se de previsão de aquisição de Material de Consumo Hospitalar, necessário para atender ao Hospital Municipal Dr. Adalberto da Graça e as demais Unidades de Saúde, para que possam realizar suas atividades de atendimento aos pacientes internados e/ou pacientes que procuram atendimento de emergência. Tais quantitativos foram aprovados e autorizados pela autoridade competente das Unidades e do Hospital.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. No quadro abaixo, encontra-se o resumo dos itens referidos de forma a permitir a visualização da especificação e quantitativo geral ANUAL ora licitado;

3.2. A LICITANTE submeterá amostra do objeto, quando do procedimento licitatório, para análise da Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde, com a finalidade de aprovação da qualidade e das especificações constantes deste instrumento, e homologação do objeto;

3.3. A entrega do objeto deverá ser feita na Sede da CONTRATANTE, quando for solicitada.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Abacaxi de primeira, pesando no mínimo 400 gramas.	Quilograma(s)	20,0000
2	Abóbora Moranga - madura, com peso mínimo de 3Kg a unidade.	Quilograma(s)	3604,0000
3	Abóbrinha extra verde.	Quilograma(s)	1320,0000
4	Açúcar (embalagem de 1kg) refinado especial, acondicionado em embalagem com as características do produto.	Quilograma(s)	9000,0000
5	Açúcar (embalagem de 6g) granulado, acondicionado em embalagem individual (sachê).	Unidade	2800,0000



6	Achocolatado (embalagem de 400g) achocolatado em pó, solúvel, contendo a descrição das características do produto.	Peça	600,0000
7	Achocolatado pronto para consumo, contendo a descrição das características do produto. (Embalagem de 200ml)	Unidade	820,0000
8	Adoçante (embalagem de 200ml) dietético, líquido.	Unidade	1296,0000
9	Adoçante em pó (Embalagem com 08grs)	Unidade	1500,0000
10	AGUA MINERAL sem gás, envasada em garrafão de 20 litros, em comodato, lacrados e com tampas alumizadas inviolável, dentro dos padrões estabelecidos pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto	Unidade	2000,0000
11	Alface	Unidade	1900,0000
12	Alho extra Branco, roxo,	Quilograma(s)	500,0000
13	Amido (embalagem de 500g) milho, puro.	Peça	300,0000
14	Arroz (embalagem de 5kg) polido tipo 1, extra, grão longo e fino, acondicionado em embalagem plástica, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	15000,0000
15	Aveia (embalagem de 200 g) farinha sem adição de açúcar, acondicionado em caixa, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	360,0000
16	Azeite (embalagem de 500ml) de Oliva puro.	Unidade	1296,0000
17	Azeitona, tipo verde, apresentação sem caroço, tamanho grande, características adicionais sem tempero, vidro de 500g, drenado.	Quilograma(s)	10,0000
18	Banana prata extra, com peso médio de 120g, contendo o Kg, no mínimo, 08 unidades.	Quilograma(s)	3966,0000
19	Batata Doce extra	Quilograma(s)	1600,0000
20	Batata Inglesa especial	Quilograma(s)	4768,0000
21	Batata palha (Pacote 500g)	Quilograma(s)	10,0000
22	Beterraba Extra, sem ramo.	Quilograma(s)	1425,0000
23	Biscoito Doce (embalagem de 30 gramas) - porção individual - Tipo Maria/Maisena.	Unidade	3500,0000
24	Biscoito doce tipo Maria/Maisena (Pacote 200g).	Pacote	3000,0000
25	Biscoito Salgado (embalagem de 30 gramas) - porção individual - Tipo Água.	Unidade	3500,0000
26	Biscoito salgado tipo água (Pacote 200g).	Pacote	3000,0000
27	Bolo pronto industrializado, sabores variados, embalagem 250g.	Unidade	200,0000
28	Café (embalagem de 500g) pó torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza ABIC, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada, contendo a descrição das características do	Peça	3000,0000



	produto. Período de validade para o consumo,		
29	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, moído sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada.,	Quilograma(s)	1710,0000
30	Carne bovina (embalagem de 5kg) Acém, picado em cubos, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada, sendo cada peça embalada individualmente	Quilograma(s)	6020,0000
31	Carne bovina (embalagem de 5kg) Coxão duro, inteiro para assar, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, congelada, sendo cada peça individualmente acondicionada em embalagem plástica.	Quilograma(s)	2500,0000
32	Carne bovina (embalagem de 5kg) Patinho, fatiado em bife, sem osso, com o máximo de 10% de gordura, sendo cada peça individualmente acondicionada em embalagem plástica.	Quilograma(s)	2260,0000
33	Carne, frango, Coxa com sobrecoxa com osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica ou bandeja com no máximo 5Kg.	Quilograma(s)	5830,0000
34	Carne, frango, Peito, filé sem osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica, com no máximo 3Kg.	Quilograma(s)	6230,0000
35	Carne, peixe, Pescada, filé cortado em filé, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica.	Quilograma(s)	3200,0000
36	Cebola extra.	Quilograma(s)	1666,0000
37	Cenoura extra.	Quilograma(s)	3852,0000
38	Chá (caixa com 10 saquinhos) Erva-doce, camomila ou hortelã acondicionado em caixa, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	200,0000
39	Chá (caixa com 10 saquinhos) preto acondicionado em caixa, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	50,0000
40	Cheiro-verde - fresco, composto por salsa e cebolinha.	Molho	1300,0000
41	Chicória fresca.	Molho	1750,0000
42	Chá mate (caixa de 200g) erva mate queimada, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	72,0000
43	Chuchu extra	Quilograma(s)	3928,0000
44	Colorífico (embalagem de 500g) pó	Quilograma(s)	50,0000
45	Couve	Unidade	2000,0000
46	Doce (embalagem de 1kg) goiabada, especial, em corte, sem adição de corantes, acondicionado em embalagem original.	Unidade	150,0000
47	Doce (lata de 5kg) de Abóbora pastoso	Unidade	20,0000
48	Doce (lata de 5 kg) de Leite pastoso.	Unidade	30,0000
49	Ervilha em conserva, acondicionado em lata.	Unidade	500,0000
50	Farinha (embalagem de 1kg) mandioca tipo 1, crua,	Quilograma(s)	1150,0000



	final, contendo a descrição das características do produto.		
51	Farinha (embalagem de 1kg) trigo especial, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	520,0000
52	Farinha (embalagem de 300 gramas) - Láctea - composto de farinha de trigo, leite, açúcar, vitaminas e sais minerais.	Unidade	150,0000
53	Feijão (embalagem de 1kg) preto tipo 1, safra nova, acondicionado em embalagem plástica original.	Quilograma(s)	5150,0000
54	Fermento (embalagem de 100g) Químico, em pó, acondicionado em lata.	Unidade	25,0000
55	Fermento (embalagem de 200g) Químico, em pó	Unidade	30,0000
56	Fígado Bovino	Quilograma(s)	1000,0000
57	Fubá (embalagem de 1 Kg) - Milho - extra, de 1ª qualidade, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	940,0000
58	Gelatina (embalagem de 12g) pó, dietética, sabores diversos.	Unidade	690,0000
59	Gelatina (embalagem de 85g) pó diversos sabores, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	3740,0000
60	Inhame extra	Quilograma(s)	950,0000
61	Laranja pêra com peso médio de 150g, contendo o Kg, no mínimo, 07 unidades.	Quilograma(s)	3826,0000
62	Leite (embalagem de 300g) pó, desnatado, instantâneo.	Peça	60,0000
63	Leite (embalagem de 400 g) pó, integral, instantâneo.	Quilograma(s)	1540,0000
64	leite integral, embalado em caixa de 1 litro.	Litro(s)	25000,0000
65	Óleo (embalagem de 900 ml) - soja – refinado.	Unidade	4632,0000
66	Macarrão (embalagem de 500g) espaguete massa preparada c/ ovos nº 8 ou 9, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	1500,0000
67	Macarrão (embalagem de 500g) tipo padre nosso, massa preparada com semolina, contendo a descrição das características do produto.	Quilograma(s)	1000,0000
68	Maionese (Vidro 500g).	Unidade	50,0000
69	Mamão Formosa - comum, maduro, com peso variando de 1,5 a 2 Kg a unidade.	Quilograma(s)	2000,0000
70	Maçã Nacional - não ácida, com peso médio de 120 g, contendo o Kg, no mínimo, 08 unidades.	Quilograma(s)	3776,0000
71	Margarina (embalagem de 500g) vegetal, cremosa, com sal, contendo de 60 a 95% de teor de lipídios,	Peça	1832,0000
72	Melancia	Quilograma(s)	30,0000
73	Melão com peso variando de 1,5 a 2kg a unidade.	Quilograma(s)	2000,0000
74	Milho verde (lata de 200g) em conserva,	Lata	2360,0000



	acondicionado em lata.		
75	Mucilagem (embalagem de 400g) milho arroz, acondicionado em lata, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	372,0000
76	Ovos galinha extra, branco, acondicionado em caixa com uma dúzia, perfazendo no mínimo 720g.	Dúzia	2588,0000
77	Pimentão verde extra	Quilograma(s)	660,0000
78	Pão de forma, pacote com 500g, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, leite em pó, sal, água, fermento biológico, anti mofo, embalado em saco plástico pvc, atóxico.	Pacote	100,0000
79	Pão tipo bisnaguinha - pacote de 300g	Pacote	100,0000
80	Presunto Cozido, sem gordura, fatiado, com identificação do produto e prazo de validade para consumo.	Quilograma(s)	20,0000
81	Queijo tipo prato, fatiado, de primeira qualidade, embalagem em filme pvc transparente, ou saco plástico transparente, atóxico, com identificação do produto e prazo de validade para o consumo.	Quilograma(s)	20,0000
82	Refrigerante (Garrafa pet 2 Litros).	Unidade	100,0000
83	Repolho branco Tamanho médio.	Quilograma(s)	2924,0000
84	Requeijão Cremoso, embalagem contendo no mínimo 250g, com identificação do produto e prazo de validade para o consumo.	Unidade	50,0000
85	Sal (embalagem de 1 grama) - embalagem individual - tipo extra, iodado, refinado, acondicionado em saquinho individual de 1 g, contendo as características do produto.	Unidade	10000,0000
86	sal embalagem de 1kg	Unidade	1266,0000
87	Suco (embalagem de 1Kg)pó, natural, integral não adoçado.	Unidade	950,0000
88	Suco (embalagem de 45g) pó, sabores variados, adoçado.	Unidade	1930,0000
89	Suco (embalagem de 500ml) líquido, natural, integral não adoçado.	Unidade	2600,0000
90	Suplemento alimentar (embalagem de 400g) Complemento ou suplemento, em pó, lácteo, com sacarose, isento de glúten, com adição de vitaminas e minerais, com sabor, contendo a descrição das características do produto. Referencia Tipo.: Sustain, Milkgen, Sustagem, Sustacal, Meritene, Nutren Active entre outros.	Unidade	100,0000
91	Tomate Extra A.	Quilograma(s)	1270,0000
92	Tomate (lata de 300g) extrato concentrado, contendo a	Unidade	3500,0000



	descrição das características do produto		
93	Torrada Salgada (Pacote)	Pacote	200,0000
94	Uva	Quilograma(s)	50,0000
95	Vinagre (embalagem de 750ml) Embalagem plástica, contendo a descrição das características do produto.	Unidade	1420,0000
96	Pão francês de aproximadamente 50gr.	Unidade	140000,00

4. QUANTITATIVO

4.1. O quantitativo dos materiais de consumo hospitalar está discriminado em 226 itens;

5. PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS.

5.1. A nota fiscal será emitida pela CONTRATANTE, de acordo com o Decreto Municipal n.º 4482/2017, por e-mail ou ofício;

5.2. O prazo de entrega do Material é de no máximo 10 (dez) dias, contados da data de emissão da ordem de empenho;

5.3. Os Materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde, localizado na Rua Sebastião de Lacerda S/N – Centro – Paracambi, das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados;

5.4. Os custos da substituição do material rejeitado, por motivo de defeito ou desacordo com as especificações, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA;

5.5. A inobservância dos prazos de entrega sujeitará a CONTRATADA às sanções legais cabíveis;

5.6. O recebimento provisório será realizado após conferência da quantidade e da embalagem para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes na nota fiscal;

5.7. O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação da conformidade com a especificação constante neste Termo de Referência, pela CONTRATANTE em até 02 dias úteis.

6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto n.º 5.450/05, da Lei n.º 10.520/02 e subsidiariamente da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá à CONTRATADA:

6.1.1. Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;

6.1.2. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;

6.1.3. Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o material/serviço no qual forem constatados falha, defeito, incorreção ou qualquer dano, em até 5 (cinco) dias;

6.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto;

6.1.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto



inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.1.6. Entregar o material devidamente embalado de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento pela CONTRATANTE, incluindo a contagem do material entregue;

6.1.7. Manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;

6.1.8. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste objeto;

6.1.9. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Edital e seus Anexos.

6.1.10. Receber a arte, acertar os detalhes necessários junto a CONTRATANTE para iniciar a entrega dos Insumos;

6.1.11. Fornecer juntamente com a entrega dos materiais toda a sua documentação fiscal e técnica e seu respectivo termo de garantia;

6.1.12. Caso haja alteração na qualidade do objeto, evidenciada pela CONTRATADA, prejudicando o que foi pactuado, o contrato poderá ser interrompido, cabendo ao órgão avaliar sobre a continuidade do contrato;

6.1.13. Cabe à CONTRATADA prestar informações a respeito das medidas necessárias para melhor conservação do Material de Consumo;

6.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

6.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

6.2.2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 05 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá ao CONTRATANTE:

7.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa realizar o fornecimento dos Insumos de acordo com as determinações do Edital e seus Anexos, especialmente deste Termo;

7.1.2. Fornecer a listagem do material e os dados para a entrega temporal do objeto;

7.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;



7.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material (ais) entregues fora da especificação ou com problemas técnicos;

7.1.7. Receber os itens, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal e atestando seu recebimento;

7.1.8. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

7.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA.

7.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização do fornecimento do objeto será exercida por servidor nomeado pela CONTRATANTE;

8.2. Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido;

8.3. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

9. PAGAMENTO

9.1. A nota fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada do objeto, o número da Nota de Empenho e os dados bancários da empresa;

9.1.1. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

9.2. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

9.3. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer material entregue sem a solicitação ou autorização do fiscal do contrato;

9.4. A CONTRATADA fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação à realização efetiva de entrega do material, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual;

10. PENALIDADES

10.1. A CONTRATADA estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, pela CONTRATADA, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à CONTRATANTE.

10.2. No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;



b) multa de: 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, acaso descumpridos os prazos contratuais ou de inexecução parcial da obrigação assumida; 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até dois (2) anos.

10.3. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades supramencionadas.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura e poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

12. PROPOSTA

12.1. A proponente deverá apresentar proposta de preço que deverão conter todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento relativo a esta contratação;

13. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo correrão pelo Orçamento da SEMUS no exercício de 2018, e serão alocados pela Diretoria de Orçamento e Finanças do Fundo Municipal de Saúde.

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte	Código Reduzido
21.01.10.122.0015.2045	3.3.9.0.30.00.00.00	100	265

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O valor final para o cumprimento do objeto do presente Termo de Referência será definido após a Cotação Prévia de Preços;

1. O CONTRATANTE poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta da CONTRATADA.

Paracambi, 14 de maio de 2018.

DIEGO XAVIER DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



ANEXO 7

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____

PROCESSO Nº 2179/2018

LICITAÇÃO Nº 9001/CPL/FMS/2018

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

Aos _____ dias do mês de ____ de 2018, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, CNPJ nº _____, é celebrado o presente compromisso entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI, doravante denominado Município e a empresa _____ estabelecida na _____ CNPJ nº _____, doravante denominada COMPROMITENTE, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, _____, natural do _____, residente e domiciliado na Rua _____, Cep: _____ inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº _____, RG nº _____, de acordo com o processo administrativo nº ____/_____, observadas as Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123 de 14 dezembro de 2006, os Decretos Municipais nº 4.054/2015, 4.482/2017, nº 4.481/2017, e ainda o edital nº ____/CPL/2018, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto vincular ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, VISANDO O PREPARO PARA DIETAS ESPECIAIS, DIETAS ENTERAIS E FÓRMULAS LÁCTEAS DESTINADAS A PACIENTES (ADULTOS E INFANTIS) E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUÍDOS, ASSEGURANDO UMA ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO SANITÁRIAS ADEQUADAS, ENGLOBANDO TODAS AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, E DE APOIO À NUTRIÇÃO CLÍNICA E AMBULATORIAL, ATENDENDO AS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI – SEMUS**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPEC	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

Parágrafo Segundo – A presente ata vincula, com força contratual, a **COMPROMITENTE** a fornecer os produtos nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

Parágrafo Terceiro - O presente registro de preços não obriga a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** a solicitar qualquer quantidade de bens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.



CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Parágrafo Único - O prazo de validade deste Registro de Preços, será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**:

- a) solicitar o fornecimento daquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência a ele no caso de outra licitação realizada para o mesmo objeto desse registro;
- b) realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- c) fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;
- d) exercer a fiscalização do fornecimento solicitado;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto a ser fornecido nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Parágrafo Único - Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

- a) Fornecer o objeto licitado de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observado, sempre, a adequação do prazo de validade do produto e dentro do prazo requerido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**;
- b) Prestar, sem quaisquer ônus para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- c) Acatar as instruções emanadas da fiscalização;
- d) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento, a menos que expressamente autorizada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**;
- e) Atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento;
- g) Não transferir ou ceder a obrigação de fornecer prevista nesta ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.
- h) Cumprir com todas as obrigações fixadas no Termo de Referência e demais instrumentos integrantes no Edital.
- i) Manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** ao longo da vigência da Ata do Registro de Preços, conforme o previsto no artigo 27 e 55, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e exigido no edital nº ____/CPL/FMS/2018 e seu respectivo Termo de Referência.
- j) Proceder à substituição do produto que for entregue fora de suas especificações, no prazo indicado na notificação.



- k) Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete, referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

Parágrafo único. Independentemente de aceitação, a **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos bens de consumo pelo prazo mínimo determinado em lei, a contar da data de sua entrega à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, se outro superior não for exigido no Termo de Referência, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito, desde que não sanado a vício no prazo estabelecido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Único – Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 /PROPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.00.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.10.122.0015.2045

CLÁUSULA SEXTA- DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Parágrafo Único – Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nos termos desta ata, será da ordem de **R\$ _____ (_____)**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

Parágrafo Primeiro – O fornecimento deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo – A cada fornecimento solicitado, o local e o prazo de entrega serão definidos pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, de acordo com o termo de referência em anexo, a proposta vencedora da Licitação e a presente ata.

Parágrafo Terceiro – A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretaria Requisitante.

Parágrafo Quarto – O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações de fornecimento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do Contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;



- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quinto- O representante da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sexto – A **COMPROMITENTE** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo—A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento não excluem ou atenuam a responsabilidade da **COMPROMITENTE**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Oitavo – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto da presente ata de registro de preços, o fato será comunicado à **COMPROMITENTE**, que deverá promover o reparo ou a troca no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

Parágrafo Primeiro – A **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Segundo – A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento, podendo a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Terceiro – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Segundo, ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

Parágrafo Quarto – A **COMPROMITENTE** é responsável por todas as despesas com frete, embalagens, equipamentos, impostos, mão-de-obra, entre outras que vise a execução da presente ata e em hipótese alguma destacadas na Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Parágrafo Primeiro – A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deverá pagar à **COMPROMITENTE** o valor total constante de cada fatura apresentada, que deverá corresponder ao fornecimento solicitado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, sendo o pagamento efetuado diretamente na conta corrente de titularidade da **COMPROMITENTE** indicada no formulário de pedido de pagamento.

Parágrafo Segundo – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, ou em 05 (cinco) dias úteis, na forma do §3º, art. 5º da Lei 8.666/93, devendo então a **COMPROMITENTE** promover a entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do objeto.

Parágrafo Terceiro – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA

Parágrafo Primeiro – A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco) por cento do valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento, a ser restituída após execução satisfatória das obrigações da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Segundo – Caso o valor correspondente ao quantitativo disposto na solicitação de fornecimento seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da solicitação de fornecimento.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão da ata motivada por culpa do comprometente, a garantia reverterá integralmente aos cofres da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.



Parágrafo Quarto – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontadas da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa da ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto – Qualquer garantia que venha a ser prestada deverá obrigatoriamente ser depositada na Tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Coronel Othon Nº 0456 – Centro – Paracambi – RJ – Tel. (21) 3693-5226 / (21) 3693-3462.

1ª CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

Parágrafo Primeiro – A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo Segundo – A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

- a) Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.
- b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
 - I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;
 - II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
 - III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo terceiro – O Fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4.054/2015, nas seguintes hipóteses:

- I - Se o fornecedor descumprir as condições estabelecidas no contrato celebrado;
- II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;
- III – Tiver presentes razões de interesse público.
- IV – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, sem a justificativa aceitável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro – O registro de preços dos bens contemplados nesta ata poderá ser cancelado:



I – pela Administração, quando:

- a) os preços registrados apresentarem-se superiores aos do mercado, sem que o fornecedor aceite reduzir o preço registrado;
- b) ocorrer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, situação que equivalerá, para fins de consequências jurídicas, à rescisão contratual, incluindo os casos de descumprimento das condições da presente ata e da não retirada da nota de empenho ou ordem de serviço correspondente à solicitação de fornecimento, sem justificativa aceitável.

II – O registro de preços poderá ser suspenso a pedido do fornecedor, mediante requerimento por escrito e sujeito à aprovação do órgão gerenciador, quando ficar comprovada a impossibilidade definitiva ou temporária, de cumprir as exigências da licitação por pregão que deu origem ao Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro de preço será formalmente motivado nos autos do processo administrativo, assegurado à **COMPROMITENTE** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Quarto- Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro – A inexecução do fornecimento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços assinada por cada licitante vencedor em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;



- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado, sempre que aplicável, o disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo segundo – A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do **Secretário Municipal de Saúde**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo terceiro – A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva do **SECRETÁRIO**, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo quarto - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quinto – As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo sexto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sétimo – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da Ata de Registro, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo oitavo – O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Parágrafo Primeiro – As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face Da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, quando não comportarem cobrança amigável.



Parágrafo Segundo – Caso A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Parágrafo Primeiro – O presente registro não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo Segundo – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo Primeiro – Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo Segundo – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata.

Parágrafo Segundo – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Terceiro – As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, aos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços em conformidade com a Legislação vigente, desde que demonstrada a vantagem na contratação da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

Parágrafo Primeiro – Após a assinatura da presente ata, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo oficial de publicação do Município, correndo os encargos por conta



da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

Parágrafo Segundo – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Parágrafo Primeiro – Fica eleito o Foro da Comarca da Paracambi/RJ, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 2018.

Pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pela **COMPROMITENTE**

TESTEMUNHAS

1 – _____

2 - _____



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO EXCLUSIVA

MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE / MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL / SOCIEDADES COOPERATIVAS

LICITAÇÃO N.º 9002/CPL/FMS/2018
PROCESSO N.º 2179/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL– SRP
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 100
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.30.00.00.00.00
DOTAÇÃO: 309 / 363
ENTREGA DE ENVELOPES: DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2018 ATÉ ÀS 11 HORAS.

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2018 ÀS 11 HORAS.

OBJETO: : REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, VISANDO O PREPARO PARA DIETAS ESPECIAIS, DIETAS ENTERAIS E FÓRMULAS LÁCTEAS DESTINADAS A PACIENTES (ADULTOS E INFANTIS) E ACOMPANHANTES LEGALMENTE INSTITUÍDOS, ASSEGURANDO UMA ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO SANITÁRIAS ADEQUADAS, ENLOBANDO TODAS AS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, E DE APOIO À NUTRIÇÃO CLÍNICA E AMBULATORIAL, ATENDENDO AS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI - SEMUS, conforme descritos e especificados no ANEXO 6 – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO 1 do Edital.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação _SMS, situada a Rua Coronel Othon Nº0466 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 13:00 às 16:00, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 02 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 3693-3447, ou e-mail: cplfmsparacambi@gmail.com.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARACAMBI-RJ.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: Até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

ParteA	-	Informações Específicas sobre o Edital
ParteB	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de Registro de Preços

Vânia Abbes de Almeida
Pregoeira

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:	DATA:	